

QUANDO NOS DESPEDIMOS, JÁ ESTAVA COM SAUDADES DELE: AS REPRESENTAÇÕES E AS PRÁTICAS CULTURAIS NOS RECÔNDITOS FEMININOS

PÂMELA CERVELIN GRASSI *

Resumo: O presente artigo pretende investigar o campo conceitual da História Cultural, em especial as categorias de representação e práticas culturais, relacionando-as com a análise de registros pessoais, produzidos por uma jovem moça da cidade de Caxias do Sul, entre 1946 e 1952. Pretende-se elaborar algumas considerações sobre o significado dos elementos afetivos e amorosos presentes nos registros pessoais. As cartas e o diário pessoal expressam os sentimentos e as idealizações de vida da jovem, bem como apontam para a representação de amor romântico vigente na época e sobre as práticas afetivas e amorosas.

Palavras-chave: Representações. Registros pessoais. Amor romântico.

*Foi com o pensamento voltado para ti, Enio, q.
comecei esse diário, preenchendo esse espaço
vazio, que mais tarde servirá para
recordarmos a mocidade...*

*Ada
(05/10/1950)*

Foram com as imagens projetadas em Enio que Ada¹, aos cinco de outubro de 1950, uma quinta-feira, iniciou sua escrita no diário pessoal. Nascida em 1931, em Porto Alegre, morava com sua família, composta pela mãe e pela irmã², em Caxias do Sul, na principal rua da cidade, a Júlio de Castilhos. Tinha 19 anos quando escreveu o primeiro registro no diário e, na época, estava matriculada em uma instituição escolar religiosa, onde cursava o Normal. A cidade do interior do Rio Grande do Sul, de imigração italiana, presenciava um intenso processo de industrialização e de urbanização nos anos 1950.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista PROMOP. E-mail: pamelagrassi@gmail.com

¹ Os sobrenomes de Ada e de Enio foram preservados, mesmo que seus documentos integram o acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJA). Parte-se do princípio que o cuidado no manuseio das informações ali presentes é primordial, visto que a trajetória da família da jovem teve relevância pública e política na cidade.

² Seu pai faleceu quando Ada ainda vivia sua infância, em 1935.

Quando interna na mesma escola religiosa, Ada trocou correspondências com o objeto de seu afeto. As cartas expressavam os desejos e expectativas da jovem num momento em que ela e Enio ainda não possuíam uma trajetória comum num namoro. A prática de escrever cartas permaneceu na ocasião do namoro e, concomitantemente, manteve seu diário pessoal. Após o noivado, os escritos no diário tornaram-se cada vez mais raros até transformarem-se em folhas em branco. Do casamento – concretizado em fevereiro de 1952, na Catedral Diocesana, em Caxias do Sul –, restou apenas a lista de convidados, registrada nas últimas páginas do diário pessoal e cercada por outras marginálias.

Os registros pessoais da jovem moça, materializados em diários e cartas amorosas, entre 1946 a 1952, foram guardados em acervo pessoal e, hoje, conservados à ação do tempo, constituem, junto a um amplo conjunto de documentos, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), em Caxias do Sul. De inestimável valor histórico, as cartas e o diário pessoal apresentam características peculiares, o que os tornam distintos em contraste com outros estudos³. Observa-se que o diário foi dedicado ao namorado, oferecendo elementos para investigar o cotidiano de um relacionamento afetivo e amoroso, em suas práticas culturais e representações de uma época. Algumas das cartas, comparadas com a intimidade do diário, apontam para distintos modos da jovem dirigir-se ao namorado e descrever suas experiências vividas e seus sentimentos.

Por intermédio desse corpo documental, a realidade passada torna-se acessível, uma vez que evidenciam vestígios da memória individual de Ada e também do imaginário social da época. Acredita-se que o estudo das representações e das práticas culturais, ancorado, sobretudo, nas obras de Roger Chartier e Michel de Certeau, possa oferecer um percurso para a análise inicial das relações afetivas e amorosas nos registros pessoais. Vários autores apontam que o estudo das representações remete tanto à discussão acerca da produção de

³ Estudos relevantes: MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995; VIANA, Maria José Mota. **Do sótão à vitrine: Memória de mulheres**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995; CUNHA, Maria Teresa Santos, BASTOS, Maria Helena Camara e MIGNOT, Ana Crystina Venancio (Orgs). **Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2000; MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. **A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo**. In: GOMES, Ângela (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: FGV, 2004; CASTRO, Celso. **O diário de Bernardina**. In: GOMES, Ângela (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: FGV, 2004; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Diários pessoais: territórios abertos para a História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

condutas e práticas sociais, bem como a questões relativas à própria documentação, que como testemunha de experiências cotidianas, pode compreender os registros pessoais como produtores de sentidos.

Entre práticas e representações: a produção de sentidos no mundo

No campo conceitual da História Cultural, são elementares as categorias de representação e práticas culturais, que supõem uma compreensão de mundo social distinta das perspectivas teóricas que conduziam o método histórico nos anos de 1970 e 1980. Ao passo que a história social trabalhava somente com o recorte social, pelo qual o passado era analisado, a história das mentalidades, ainda que tenha renovado os objetos de investigação e as operações metodológicas, permanecera com os mesmos princípios de inteligibilidade que regiam a história social e econômica (CHARTIER, 2002b:61-78). A singularidade da História Cultural, com os conceitos acima mencionados, situa-se na rejeição do recorte socioprofissional como único princípio de diferenciação e no reconhecimento de outras clivagens culturais, tal como no estudo das condições e dos processos que sustentam as operações de produção de sentido no mundo.

Segundo Chartier, as representações referem-se aos modos como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler em distintos lugares e momentos. Por meio das classificações, divisões e delimitações, os indivíduos elaboram configurações mentais, produzindo sentidos sobre o mundo e revelando as percepções sobre o real. Para o autor “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 2002a:16-17).

As percepções do social são compartilhadas pelos distintos grupos na sociedade e, ao almejam à universalidade, revelam que não são desprovidas de neutralidade, pelo contrário, seus discursos delatam os interesses dos grupos sociais que as forjam, produzindo determinadas estratégias e práticas (CHARTIER, 2002a:17).

Desse modo, as representações seriam os sentidos que os indivíduos e os grupos conferem ao mundo, gerando condutas e práticas sociais. Envolvem uma tensão de duas

ordens: a imagem presente corresponde ao objeto ausente. Chartier explica esta tensão, ao observar as definições de representação em dicionários franceses do século XVII. A primeira acepção é ancorada no sentido antigo e material de representação, “entendida como a efígie colocada no lugar do rei morto em seu leito funerário” (CHARTIER, 2011:17). A representação seria a imagem que substitui um objeto ausente (coisa, conceito ou pessoa) e que estabelece uma distinção radical entre o signo visível e o representado ausente. Já a segunda definição articula a ideia de presença: a demonstração, por vezes pública, de uma pessoa ou coisa.

Chartier faz menção ao trabalho de Louis Marin, que concentrava seus estudos nos dispositivos e nos mecanismos pelos quais a representação se apresenta como representando alguma coisa:

Um dos dois modelos mais operacionais construídos para explorar o funcionamento da representação moderna – seja ela linguística ou visual – é o que propõe a tomada de consideração da dupla dimensão de seu dispositivo: na dimensão ‘transitiva’ ou transparente do enunciado, toda representação representa algo; na dimensão ‘reflexiva’, ou opacidade enunciativa, toda representação se apresenta representando algo (MARIN apud CHARTIER, 2011:18-19).

A análise de Marin enfatiza que a representação é constituída por duas dimensões, a transitiva (toda representação representa algo) e a reflexiva (toda representação se apresenta como signo visível de algo). Ou seja, do mesmo modo que a representação presentifica uma ausência do real, ela manifesta a sua própria presença como uma imagem. Trata-se de uma construção a partir do real e que comporta o simbólico:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2012: 41).

A discussão dialoga com outra noção dentro do campo conceitual da História Cultural, o imaginário. Le Goff procurou elaborar a diferença entre representação e o imaginário. Segundo o autor, a representação é compreendida pela “tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão de pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (LE GOFF, 1995:75).

A dimensão do simbólico é destacada por Castoriadis quando frente ao imaginário, revela que devemos observar que as imagens e os discursos sobre o real bem como, não são exatamente o real ou não são expressões literais da realidade, pois, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas ou expressas tem outro sentido além daquele manifesto. Assim, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Ao elaborar as relações entre o simbólico e o imaginário, o autor aponta que

[...] o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para “exprimir-se”, mas para existir, para passar do virtual a qualquer coisa a mais. O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são efeitos de “imagens”, mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa: possuem, portando, uma função simbólica. Mas também, inversamente, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Pois pressupõe a capacidade de ver uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é. (CASTORIADIS, 1982:142).

Nesta medida, uma vez que a representação carrega uma imagem simbólica, sua força na sociedade não é conforme o estatuto de verdade que estabelece com o real. Pesavento observa que é indispensável suprimir a análise que privilegia a distinção do que é real e do que não é real. Ela explica que a eficiência das representações se estabelece na sua capacidade mobilizadora, na produção de reconhecimento e de credibilidade social e na veracidade daquilo que é real (PESAVENTO, 2012: 41). A representação, na sua relação imperativa, faz com que se tome o signo visível como verdade e, assim, produz uma imposição interiorizada, transformando-se em uma “máquina de fabricar respeito e submissão”.

Ainda que as representações sejam dotadas de força mobilizadora de condutas e práticas sociais, sua eficácia é subordinada pela percepção de seus destinatários. Isto é, entre a representação proposta e o modo como ela é recepcionada pelos sujeitos e grupos sociais, há possíveis distinções. A problemática conduz necessariamente a outra noção primordial que envolve o campo teórico da História Cultural: as práticas culturais.

Designadas por Michel de Certeau de “maneiras de fazer”, as práticas culturais são definidas como os procedimentos minúsculos e cotidianos pelos quais os sujeitos se reapropriam do espaço organizado. São as operações produzidas pelos sujeitos/consumidores em relação aos produtos que lhe são oferecidos, os “modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem seus estrangeiros” (BARROS, 2011:46-47).

O modelo polemológico ou de consumo, criado por Certeau, objetiva analisar essas “maneiras de fazer” e envolve duas categorias: a estratégia e a tática. A primeira é designada como o cálculo das relações de forças que enuncia e impõem práticas e, circunscrito a um lugar de poder, articula um espaço físico onde seus cálculos são desenvolvidos, como, por exemplo, uma instituição. Já a tática, é a “arte de dar golpes no campo do outro” (CERTEAU, 2007:104), as operações criativas e astutas do fraco na ordem/estratégia do forte. A tática é uma ação sutil e individual, portando fragmentada e que não rompe com a ordem dominante. No entanto, isto não a torna uma ação desprovida de passividade, pois burla e manipula o poder instituído da estratégia.

A noção de práticas reporta a uma história das apropriações, isto é, um horizonte teórico que abrange os modos distintos pelos quais os sujeitos utilizam e manipulam o espaço e a produção sociocultural. Como observa Certeau, somente a análise das práticas de apropriação operadas pelos sujeitos torna viável apreciar “a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização” (CERTEAU, 2007:40). É em vista disso a assertiva de Chartier, ao considerar as relações complementares entre representação, prática e apropriação. Seu estudo sobre as leituras e os leitores na França entre os séculos XVI e XVII articulava uma história das práticas de leituras e uma história das representações do texto escrito, expondo um processo dinâmico: o texto escrito que circulava na época, por mais que enunciasse uma tradução mental da realidade, era consumido por diferentes públicos, o que mobilizava novos usos, portando uma pluralidade de apropriações.

A ênfase sobre as apropriações permite perceber que “os textos ou as palavras destinadas a configurar pensamentos e ações nunca são inteiramente eficazes e radicalmente aculturadores” (CHARTIER, 1992:233). As práticas de apropriação mobilizam novos usos ou representações, que nem sempre correspondem aos propósitos daqueles que produzem os discursos. Dialogando com a perspectiva de Certeau, Chartier escreve que

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, [...] contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991:180).

O reconhecimento destas categorias, apontadas pelo historiador, supõe a recusa do recorte social como a única clivagem que atravessa a sociedade e a consideração de outros princípios de diferenciação, igualmente sociais: as pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais. Mais uma vez, Chartier e Certeau estabelecem proximidades no horizonte teórico, pois ambos investigam os procedimentos pelos quais os sujeitos conferem sentidos ao mundo e dedicam-se ao estudo do cotidiano, do sujeito e das práticas ordinárias. Ao passo que Chartier mostra as relações de complementaridades entre representação, práticas e apropriações, bem como provoca o campo historiográfico para outras clivagens que perpassam a sociedade, Certeau recupera as mil operações astutas e criativas pelas quais os sujeitos inventam o seu cotidiano e, assim, destaca “o homem ordinário”, isto é, o homem comum. Os dois autores contribuem para um campo conceitual que aponta para as particularidades da vida cotidiana e para as contradições dos sujeitos, não os tomando como passivos e disciplinados frente às representações. No processo de apropriação destas imagens, o sujeito é criativo e inventa uma pluralidade de usos.

Entre cartas e diário pessoal: o amor romântico

Desse modo, valendo-se das categorias complementares de representação e práticas culturais, pode-se abordar o amor romântico por meio do conceito de representação, explorando-o como um mobilizador de comportamentos sociais e emocionais, principalmente aqueles relacionados com a experiência de namoro, noivado e casamento. Os registros pessoais da jovem moça Ada apontam para práticas culturais que interagem com as representações do mundo socialmente construídas. Isto é, as experiências vividas da jovem, registradas em suportes de escrita pessoal, constituem práticas que permitiam a ela conferir significado ao mundo e cujas matrizes são as representações que circulavam a época.

A análise dos registros pessoais e a devida crítica documental demandam certos cuidados apontados nos estudos da área. Um ponto refere-se à dimensão subjetiva presente neste tipo de registro e a relação com a ideia de verdade quando produzida no âmbito da escrita íntima. O indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta (MALATIAN, 2009:194). Gomes, no mesmo referencial, indica que

A verdade passa a incorporar um veículo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria de sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos. A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida (GOMES, 2004:14).

Para a autora, o que importa ao historiador, no momento que realizará o procedimento de crítica às fontes, não é a verdade dos fatos, aquilo que realmente aconteceu, mas sim os olhares assumidos pelo registro e como o indivíduo os expressa. Em outras palavras, os significados que o indivíduo confere às experiências vividas.

A partir da leitura inicial dos registros pessoais, procura-se aprofundar os conceitos de amor em diferentes contextos históricos e a educação da mulher no período da modernização e higienização proposta pelo discurso republicano. Elementos conceituais que apontam para a elaboração da compreensão dos significados dos registros pessoais como produções que questionaram ou não a representação de amor romântico apregoada.

Sobre as noções de amor, Costa considera que é uma produção histórico-cultural:

O amor é uma crença emocional e, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo. Nenhum de seus constituintes afetivos, cognitivos ou conativos é fixo por natureza (COSTA, 1999:12).

Elias explica que, diferentemente da crença predominante de que o amor é um fenômeno universal e natural, o amor é uma construção culturalmente estabelecida em uma sociedade:

O uso que fazemos da palavra “amor” hoje nos faz esquecer com frequência, que no caso do ideal amoroso, considerado na tradição europeia sempre como modelo de todos os relacionamentos amorosos reais, trata-se de uma forma de vínculo afetivo entre o homem e a mulher determinado em grande medida por normas sociais e pessoais (ELIAS, 2001:257).

Ao longo da história, as noções de amor foram atravessadas por transformações, uma vez que os modos de falar sobre o amor são distintos e variam conforme o contexto sociocultural. Na obra platônica *O Banquete*, o amor, denominado de *eros*, é apresentado como um desejo, não necessariamente o carnal, mas o desejo decorrente da falta do objeto amado, que é sinônimo de intenso sofrimento (BORGES, 2004:9). Na Idade Medieval, há o amor místico cristão ou *caritas*, caracterizado pela contemplação a Deus e a noção de amor

cortês, que convertia nos sujeitos a crença de que o amor era um valor existencial e enfatizava o sofrimento dos cavaleiros na conquista da mulher, na figura da senhora. Com a consolidação do Estado Moderno, as práticas de subjetivação das sociedades de corte serão decisivas na constituição de um sentimento romântico, pois as exigências de civilidade no cotidiano da corte obrigaram os sujeitos a um controle de si (ELIAS, 2001).

No contexto de industrialização e modernização, o amor romântico foi idealizado pela burguesia e a família e tornou-se a sede por excelência do privado, hierarquizando as relações entre marido e mulher e concentrando os afetos ao oferecer uma segurança psicológica bem distinta do local de trabalho (ARIES, 1992:411).

O amor romântico se fez presente na Europa desde o final do século XVIII, coincidindo com a emergência do romance literário, quando aponta a ideia de que uma vida individual pode ser projetada em uma narrativa (GIDDENS, 1993:50). O caráter narrativo é caracterizado por

[...] um intenso exercício de imaginação na tentativa de atribuir sentidos aos eventos e interpretá-los, visando seu encadeamento lógico em prol de uma conclusão que, na prática, é desconhecida, embora na projeção mental seja designada como meta. Com isso, confirmam-se, entre os valores românticos, o imaginário e o ideal, não como simples distinção da “realidade”, mas como referenciais de interpretação e ação frente a ela, definindo práticas e condutas (ROSSI, 2013:43).

A narrativa é elaborada numa estrutura que insere as trajetórias dos amantes numa história individualizada, com acontecimentos que orientam para o desenvolvimento de um futuro onde estariam eternamente juntos. Na visão literária, o casal idealizado uma vez unido seria uma única pessoa e nutrindo amor dedicado exclusivamente de um para o outro. Giddens com relação à visão narrativa, destaca que embora a retórica do amor pressuponha sentimentos espontâneos, suas práticas e condutas o conduzem para um planejamento comum. O fim previsível desta narrativa é a formação de uma família por meio do casamento.

Com a modernização conservadora no contexto do Brasil republicano, o modelo de amor romântico foi apregoadado pela elite empresarial, que a exemplo dos estudos de D’Incão, a mentalidade burguesa remodelou as relações familiares e domésticas, assim como a sensibilidade e o modo de pensar o amor. A família burguesa, baseada num modelo nuclear formado por pai, mãe e filhos, fortaleceu no imaginário os valores como a maternidade e a intimidade, o que redefiniu o papel da mulher, reservado para o interior do espaço doméstico, com dedicação exclusiva aos filhos e ao marido (D’INCÃO, 1989:61).

No que diz respeito à educação feminina, as moças de família eram educadas sob o olhar vigilante dos pais para posteriormente ocuparem as funções “naturais” reservadas a elas, como a obediência e submissão ao marido e a dedicação ao lar. O modelo referencial de mulher exercia influência nos modos de ser e de agir das moças, que ao contrário da imagem da “mulher da vida”, cultivava boas maneiras e “dava-se o respeito” ao manter sua virgindade intacta (PINSKY, 2012:480). Quando estudantes, a disciplina rígida da escola e a leitura selecionada de romances e periódicos, colaboravam para o processo de construção de subjetividade das moças e para a mobilização de práticas culturais, como comportamentos que afirmavam os bons modos (AREND, 2012:72).

Nos tempos após a Segunda Guerra Mundial, os relacionamentos amorosos iniciavam no flerte, correspondente ao período de aproximação entre os apaixonados e constituía o primeiro passo para a consolidação de um namoro. Construídos a partir da perspectiva do amor romântico (AREND, 2012:73), os relacionamentos dependiam do aval dos pais para a sua continuidade e eram cercados por regras. O casal cumpria o ritual do noivado, considerado um compromisso formal com o matrimônio e após os preparativos efetivos para a vida em comum, se casavam (DEL PRIORE, 2006)

O conjunto de correspondências de Ada enviadas a seu namorado Enio, bem como o diário pessoal da jovem moça oferecem indícios da estrutura narrativa do amor romântico, já descrita no presente artigo. É possível identificar a trajetória do relacionamento de Ada e Enio: o flerte, quando trocaram cartas; o namoro, com suas alegrias e abismos; o noivado; e o desfecho previsível, o casamento.

Os escritos pessoais de Ada apontam para a relação que a representação de amor romântico estabelece com a elaboração de sua subjetividade na fase da juventude e a mobilização de práticas culturais. É implícito o desejo da jovem moça de fundir sua trajetória individual com a de Enio, isto é, projetar sua vida numa narrativa que findará com o matrimônio. No dia 24 de outubro de 1950, Ada expressa a sua ansiedade no seu diário, enquanto aguarda o desfecho que a estrutura narrativa do amor romântico reserva aos enamorados:

[...] o Enio veio até cá em casa e ficou mais um tempinho inconscientemente disse-lhe: “Enio não sei mais esperar, parece-me q amanhã nunca chega...”. Sorrindo, respondeu “Vais ver q. o dia, chegará”. Sim, penso eu ele chegará, mas embora curto o tempo, quanta espera ainda... (24/10/1950).

Já em fevereiro de 1951, mês que antecede seu noivado, ela escreve:

Recebemos convite de casamento do Guido Buzzati, mas não fui, somente foram tia Maria, Izaura e Hugo. Dizem q. foi bom e bonito. Ando apurada preparando as coisas para o meu enxoval. Meu dia também chegará e então, meu diário, escreverei aqui sobre ele (04/02/1951).

Embora não haja relatos do casamento de Ada e Enio no diário da jovem moça, as escritas pessoais de Ada não omitem os sentimentos da jovem, ao contrário, sinalizam para a idealização da instituição do casamento. Ademais, a prescrição de práticas designadas às mulheres sobre o cultivo dos bons modos e do “respeito” consigo mesmas é pregado por Enio a Ada, na ocasião do noivado: “[...] disse-me ao se despedir: “agora és noiva, deves mais do q. nunca saber como vai agir”. Na verdade, ele tem razão mas sem duvida saberei o meu dever” (27/03/1951).

Como já mencionado na abertura do presente artigo, a prática de desnudar sentimentos e experiências em escrita íntima tornou-se esporádica após o dia tão “esperado”, “suspirado” e “ansiado”, o noivado dos dois jovens. Cabe destacar a assertiva de Michelle Perrot, ao atestar que os diários pessoais eram fadados à invisibilidade na ocasião em que as moças se tornavam casadas (PERROT, 1989:13). Do enlace matrimonial, o acervo pessoal de Ada preserva variados documentos, como a certidão do casamento no civil, o convite, as cartas, os cartões e os telegramas de felicitações, tal como um caderno com numerosos recortes de jornais e revistas, montado por Giselda, mãe de Ada, na ocasião do enlace de sua filha. Trata-se de pequenos textos configurados de modo artesanal e reunidos em folhas de caderno de contabilidade já manuseadas, de diferentes assuntos: receitas de bolos, pudins, cremes, tortas e salgados conselhos de moda, higiene, beleza e cuidado do lar.

O caderno acima mencionado configura como uma valiosa fonte documental para tecer o cruzamento de informações com os registros pessoais, visto que expressa representações da mulher do lar e mobiliza práticas relacionadas ao cotidiano do casamento, como a dedicação plena à família. Outra base empírica para proceder a justaposição de dados é o próprio diário pessoal de Ada, que apresenta indícios de que a jovem moça era frequentadora das salas de cinema da cidade. A partir da transcrição de seus escritos, foi possível mapear os filmes que assistia e que eram oferecidos pelas casas de cinema de Caxias

do Sul, identificando a predominância das produções cinematográficas hollywoodianas e o gênero melodramático/amor romântico.

Um filme pode “fazer-nos “ver” e “sentir” qualquer situação ou personagem histórico (ROSENSTONE, 1997:5), ou seja, além de deleitar e emocionar o público com suas imagens, oferece a ele modos de ver, de sentir e de agir no cotidiano. Túlio Cunha Rossi aponta que

A impressão de verossimilhança que o cinema promove, quando empregada em narrativas que tem por tema central a conquista e/ou estabelecimento de uma relação amorosa, confere grande expressividade ao código do amor – enquanto conjunto de prescrições e idealizações de estados emotivos – ao tornar visíveis elementos a princípio abstratos e idealizados. Diferentemente da literatura, o cinema propicia imagens do amor “realizado”, convertendo o abstrato em fenômeno visível. Essas visões de amor impactarão na vida de muitos expectadores, servindo de referência – e às vezes até de estímulo – para a busca particular dessa experiência, que deixa de ser simplesmente idealizada como anseio íntimo para se tornar algo visivelmente possível e acessível a todos (ROSSI, 2013:51-52).

É plausível o efeito de verossimilhança que o cinema, com suas cores, sons e movimentos provoca nos sujeitos, criando a sensação de que os acontecimentos não são apenas vistos, mas também vivenciados. Cabe perguntar quais eram as representações de amor romântico presentes nessas produções cinematográficas e quais os sentidos produzidos pela jovem moça ao contemplar as produções e que incidiram na mobilização de práticas culturais e na elaboração de sua subjetividade. Ao incitar construções mentais, as histórias dramatizadas nos filmes – especialmente do gênero melodramático –, podem tornar-se referências para os sujeitos e estimular a busca das mesmas experiências.

A constante frequência de Ada nas salas de cinema sinaliza que era uma prática cultural comum dos namorados na época e também que o cinema era um espaço de sociabilidades, assim como a igreja. As reverberações da religiosidade católica são registradas no diário pessoal quando a jovem cita a participação em missas e ao comparecimento a *Catholica Domus*, o centro de formação cristã que estava localizado detrás da Catedral Diocesana. Uma das cartas de Ada enviada a Enio também expressam a referência religiosa.

O Amor foi sentido, pela 1ª vez, num instante de irreflexão, em que uma serpente tentou o primeiro Homem e a primeira mulher, fazendo-os desejar o fruto do mal, cujo sabor estranho inebriou seus corações desprevenidos, os levando a “Fonte do Pecado”. [...] “Amai-vos uns aos outros” porque este é o grito da Natureza. Porque a vida sem amor seria em verdade, a negação da própria vida... Só o próprio coração!

Por fim, é imprescindível relacionar algumas práticas culturais com a categoria de táticas, de Certeau, para observar “as maneiras de fazer” da jovem no período de flerte com Enio, quando era interna do Colégio São José, em Caxias do Sul. O conjunto de cartas desse período indicia que a instituição educacional religiosa era rigorosa em suas normas e fiscalizava as jovens moças. Não obstante, Ada burlava esse espaço de vigilância e mantinha correspondências com o objeto de seu afeto, numa troca de palavras e fotografias. Suas táticas correspondem ao que Certeau já observara, a “busca de procedimentos de uma criatividade que a instituição é impotente para cercear” (CERTEAU, 2007:161).

Outros elementos são passíveis de operações analíticas, quando elaboradas na relação entre os registros pessoais de Ada e as categorias complementares de representação e práticas culturais. Os sentimentos e as experiências vividas pela jovem moça configuram como modos de sentir e de viver que produziam sentidos e significados ao mundo e que articulavam as representações que circulavam na época e suas práticas culturais enunciadas nos seus discursos. O diário pessoal de Ada e as correspondências trocadas com o objeto de seu afeto são ecos de uma realidade passada e de uma sensibilidade que desejava gozar de um amor ideal, carregado de emoções e cumplicidade.

Referências

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ARIES, Philippe, CHARTIER, Roger (Org.) **História da vida privada: Da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011.

BORGES, Maria de Lourdes Alves. **Amor**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1982.

CASTRO, Celso. O diário de Bernardina. In: GOMES, Ângela (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São. Paulo, v.5, n.11, 1991. p.173-190.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002a.

_____. O Mundo como Representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002b. p.61-78.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados/MS, v. 13, n. 124, p. 15-29, jul./dez. 2011. p. 17.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos, BASTOS Maria Helena Camara e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs). **Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

D'INCÃO, Maria Angela (Org). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades**. São Paulo: UNESP, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MAUAD, Ana Maria; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: FGV, 2004.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.18, p.9-18, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ROSENSTONE, Robert A. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. **O olho da história**, v.1, n.5, p.105-116, 1997.

ROSSI, Túlio Cunha. **Projetando a subjetividade: a construção social do amor a partir do cinema**. 2013. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-26062013-093448/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

VIANA, Maria José Mota. **Do sótão à vitrine: memória de mulheres**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.